

Almoço na FIESP com o ministro do Estado de Secretaria de Governo da Presidência da República, Sr. Carlos Marun e Empresários



Ao centro nosso Presidente (SINDICOMIS/ACTC) Luiz Ramos

Na tarde dessa terça feira, 16/01, durante um almoço com o presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) Paulo Skaf, diretores da Entidade e Presidentes de Associações e Sindicatos, o Ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, admitiu que o Governo ainda não possui votos suficientes para aprovar a Reforma da Previdência.

“Não temos o suficiente, mas teremos em 19 de fevereiro”, disse ele, que aproveitou a oportunidade para falar aos empresários sobre a importância da aprovação da Reforma e explicou os principais pontos da PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Aguardando a análise do Plenário da Câmara dos Deputados desde maio de 2017, a Proposta necessita de, pelo menos, 308 votos favoráveis, entre os 513 deputados. A votação será feita em dois turnos e está marcada para 19 de fevereiro.

Em busca da aprovação, mesmo com a Câmara estando em recesso, o Ministro continua o trabalho de captação de votos. De acordo com ele, nesse momento não há a preocupação com a contagem, que só acontecerá efetivamente ao final do recesso parlamentar, quando a maioria dos deputados chegará a

Brasília. "O momento agora é o de conquistar novos aliados", disse ele, que ainda fez uma comparação sobre o momento vivido na Capital Federal.

"Eu posso garantir que hoje vivemos um período muito melhor do que vivíamos antes do recesso parlamentar; estamos avançando na conquista de votos".

Para o Ministro, que ressaltou o rebaixamento da nota do Brasil pela Agência de Classificação de Risco Standard & Poor's, o importante agora é manter o diálogo com as diversas lideranças. De acordo com ele, o setor empresarial está convencido da necessidade de aprovação das reformas.

Questionado sobre a possibilidade de um novo nome assumir o Ministério do Trabalho, informa que o Governo vai insistir na nomeação da deputada Cristiane Brasil.

"O Governo tem a decisão tomada de continuar buscando na Justiça o que é juridicamente correto, que é a posse da Ministra nomeada".

Um dos participantes do evento, Luiz Ramos, Presidente do SINDICOMIS/ACTC (Sindicato dos Comissários de Despachos, Agentes de Carga e Logística do Estado de São Paulo), afirmou na ocasião que as Entidades que preside apoiam a Reforma da Previdência. Lembrou, contudo, ao Ministro e aos presentes que no ano 2000 os benefícios somavam quase R\$ 66 bilhões e o rombo da previdência estava em R\$ 10 bilhões; Dez anos depois, os benefícios chegavam a R\$ 255 bilhões, enquanto as contribuições, R\$ 212 bilhões, e o rombo se aproximava dos 43 bilhões. Já em 2014, o gasto foi de 394 bilhões, enquanto a receita, R\$ 337,5 bilhões.

"O prejuízo chegou perto dos R\$ 57 bilhões, e nesta conta, os benefícios no valor de um salário mínimo representam boa parte da despesa. Os especialistas em contas públicas afirmam que as reformas deveriam ter sido feitas antes da crise. Há um velho ditado que diz que o melhor momento para consertar o telhado é quando não está chovendo", disse Ramos, que finalizou sua fala apresentando como sugestão a volta da CPMF temporária em favor da previdência para cobrir, exclusivamente, esse déficit, restabelecendo o sistema da Previdência Social em favor de todos os brasileiros que se encontram desiludidos e abalados pelo atual cenário de incertezas.